

CISNE, Mirla. *Feminismo e Consciência de Classe no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2014, 276 p.

Vicentonio Regis do Nascimento Silva (*)

(...) a luta feminista não é uma questão de interesse apenas das mulheres, mas da humanidade que se pretende livre (p.115).

Feminismo e consciência de classe no Brasil surpreende pela maturidade na condução das análises, pela redação objetiva sem perda de formalidades acadêmicas, e pelo reconhecimento do discurso militante/passional que, em nenhum momento, prepondera sobre o racional/científico. Com esses requisitos, Mirla Cisne instiga ao trilhar o percurso da emancipação feminina alicerçada em Marx.

Na Introdução, a dominação confronta os sacramentos naturais de submissão:

A formação da consciência de classe na sociedade capitalista é dificultada pelas relações de alienação que a permeiam, bem como pela ideologia dominante a ela associada, que levam muitos indivíduos sociais a naturalizarem e até mesmo a reproduzirem relações de dominação. Assim, ao contrário de se rebelarem contra uma ordem que os domina, adequam-se e, muitas vezes, modelam-se sob essa dominação. Felizmente, alguns, também, no processo de formação da consciência e da luta de classes, rebelam-se contra essa ordem, ainda que esse não seja um processo hegemônico.

(...) as mulheres também são marcadas pela força da ideologia de uma suposta natureza feminina, que as institui como apolíticas, passivas e submissas (p.15)

Como “(...) ocorre o processo de formação da consciência militante feminista em uma sociedade patriarcal e capitalista?” (p.16). As alternativas de respostas passam pela análise do projeto societário feminista/socialista em oposição ao patriarcal/capitalista. O primeiro passo, descrito no capítulo inicial, conceitua as categorias de classe, luta de classes e formação de consciência tanto na teoria marxista quanto na feminista.

No Brasil, os estudos sobre a mulher e a questão de classe iniciam-se a partir de 1960. Com o feminismo, quebra-se a hegemonia da classe trabalhadora, estimulando-se desdobramentos políticos de práticas coletivas reivindicatórias. Considerando a classe operária dividida em dois sexos, à mulher destinam-se os baixos salários, os trabalhos precários e as atividades extenuantes dentro/fora de casa. A classe é massa heterogênea, nela identificando-se “raça”/etnia e sexo. O

(*) Doutorando em Letras pela Universidade Estadual de Londrina – UEL. E-mail: vicrenos@yahoo.com.br.

capitalismo não é mera divisão de classes opostas: é sistema que marginaliza setores, inferioriza a mulher em função do sexo.

A pesquisa não tem a intenção de isolar identidades, mas a de analisar a classe trabalhadora como sujeito totalizante, reconhecendo-se diferenças e diversidades sem perder de vista os sujeitos coletivos, ponto comum nas lutas pelo fim das desigualdades sociais. Na maioria das vezes, as movimentações estagnam-se ou retrocedem em razão de o indivíduo não desenvolver a consciência de sua classe, mas a da dominante. As “condições materiais de existência”, mesmo moldadas pela ideologia dominante, abrem caminhos para revolução social. A consciência – fruto social e resultado de processo ininterrupto – constitui-se na unidade dialética (“unidade de contrários”), soma do indivíduo à sociedade.

O trabalho que funda o homem/a mulher como ser social é meio de alienação e não de realização. O modo de produção do capital consiste na adição da divisão social do trabalho à propriedade privada (determinada pela desigualdade social e pela alienação). Segundo Mauro Iasi (p.45), a alienação é o resultado da carga afetiva e do fundo psicológico, construindo-se a primeira forma de consciência. A consciência é processo gerado pela crise ideológica (desenvolvimento das forças produtivas). A crise manifesta-se pela revolta, consequência da constatação de injustiça. A segunda forma de consciência (a “consciência em si” ou “consciência da reivindicação”) sai do plano individual para a dimensão coletiva. “A terceira forma de consciência, também denominada por Iasi (2007) como ‘consciência para si’ é possibilitada pelo processo de superação da ‘classe em si’, para a ‘classe para si’” (p.49).

O interesse imediato (econômico-corporativo) e o final (político) contrapõem-se na luta revolucionária. Deve-se superar a dimensão econômica, fase segmentada e hegemônica, para chegar à luta política, síntese da negação total do capitalismo e apoio às demandas generalizadas, lutando-se contra a totalidade do capital.

O segundo capítulo esclarece a escolha da nomenclatura “relações sociais de sexo” em detrimento do conceito de “gênero”. “Relações sociais de sexo” identificam a perspectiva marxista. Surgem na década de 1980, vinculadas aos estudos sobre divisão sexual do trabalho. O conceito de gênero perde a noção de hierarquia entre os sexos, emprega contexto menos confrontante e mais institucionalizado: “(...) relações sociais de sexo nomeia explicitamente os sujeitos, enquanto gênero evita mencioná-lo e o eufemiza” (p.65). As relações sociais de sexo

e de “raça” promovem o “trabalho desvalorizado” e o “trabalho considerado feminino” (informalidade, abusos, obstáculos à ascensão profissional). O patriarcado explora e apropria-se das mulheres pela tradição. Segundo o marxismo, o patriarcado surge com a propriedade privada, marco inicial da luta de classes. De acordo com a autora (p.74), decorre do patriarcado a “monogamia feminina” que objetiva a criação de prole, assegurando-se herdeiros legítimos e força de trabalho.

A prostituição aparece como corolário da monogamia, da consolidação do patriarcado e do controle da sexualidade das esposas. Mais do que a prostituição, a “obrigação sexual” (obrigação conjugal) configura-se forte expressão do patriarcado: o corpo da mulher é propriedade do homem.

O poder hegemônico do patriarcado nas relações sociais vigentes permite que o mesmo se efetive até na ausência do homem, uma vez que as mulheres, também, incorporam-no e o reproduzem, seja entre si ou na educação de seus filhos e filhas. Isso não ocorre devido à concordância ou à convivência consciente das mulheres, mas devido ao fato do patriarcado funcionar como um sistema regido pelo medo e embebido de ideologia, concretizado em uma sociedade permeada por relações de alienação (p.78-79).

Quando trata da família (conjunto de serviços de dependentes), destaca-se a responsabilidade pela manutenção da distribuição desigual do excedente produzido pela coletividade, perpetuando “(...) essa divisão desigual de uma geração à outra, por meio da herança” (p.82). A família tem a função de garantir a propriedade privada, sendo base de sustentação da produção capitalista a exploração do trabalho feminino (produtivo e reprodutivo). Existe a exploração do trabalho reprodutivo não remunerado simbolizado pelo casamento, definido por Delphy como relação de escravidão e, por Marx, como “propriedade privada exclusiva” (p.86).

A relação de escravidão mantém-se pela divisão sexual do trabalho, mantenedora de relação de domínio orientada e desigual que estabelece determinações sociais e atende interesses dos homens, controladores das armas e dos instrumentos de trabalho. Pressupõe-se a divisão sexual do poder por: 1) transmitir valores pela educação sexista e desigual, demarcando-se comportamentos “naturais”; 2) naturalizar a divisão sexual do trabalho na perspectiva heterossexual e patriarcal.

Prolongamento da escravidão e da servidão, a sexagem apropria-se dos corpos e das vidas das mulheres pela força laboral, exclui a condição de sujeito e destina-as, segundo o naturalismo, ao benefício dos homens. Mirla Cisne sentencia

que “(...) o processo de organização do movimento de mulheres deve promover uma luta não apenas contrária ao sistema, mas, também, ao conservadorismo presente nas organizações de esquerda, o que, para nós, é indispensável para a consolidação de um movimento, de fato, revolucionário” (p.114). Experiências do “socialismo real” demonstram que as transformações das bases produtivas não alteram nem as relações de poder nem a desigualdade entre homens e mulheres.

No Brasil, o Movimento Sufragista toma fôlego a partir de 1920. Despontam três correntes. A primeira reivindica os direitos políticos. A segunda defende o feminismo difuso, divulgado na imprensa alternativa. A terceira representa o movimento anarquista. A partir da segunda metade do século XX, consolida-se o sujeito coletivo de luta das mulheres. O feminismo ganha impulso a partir de 1970, quando surgem “História das mulheres” e “História das sexualidades”. Entretanto, a pauta feminista não é incorporada nem ao discurso acadêmico nem às estratégias sindicais (p.139-140).

Com o tempo, fragmentam-se os movimentos sociais, fragilizados pelos projetos neoliberais de criação de ONG’s, subordinadas aos interesses internacionais (p.145). As lideranças femininas então preocupam-se mais em atender aos editais de financiamento do que às mulheres. O ativismo das ONG’s defende o feminismo bem comportado e dócil. As feministas deixam de lado a mobilização e a formação política, tornando-se defensoras da estabilidade da ordem.

O último capítulo apresenta entrevistas e levantamentos documentais sobre o Movimento das Mulheres Camponesas (MMC), a Marcha Mundial das Mulheres (MMM) e a Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB), procedendo-se à análise de formação da consciência militante feminista por meio da consciência de classe/ação de classe. Observam-se, em comum, a consciência feminista e a formação de consciência militante anticapitalista. A AMB procura o consenso, o debate e a formação política (p.161-162). O relatório final do encontro do movimento aponta para a independência e o comprometimento com as mulheres (p.164). A MMM combate neoliberalismo/patriarcado/capitalismo e possui perspectiva de diálogo internacionalista (p.169). O MMC aposta no movimento socialista contra o patriarcado, o machismo e a exploração do capital. Das entrevistas, detectam-se

(...) alguns pontos indispensáveis para a formação da consciência militante feminista; são eles: 1) a apropriação de si e a ruptura com a

naturalização do sexo; 2) o sair de casa; 3) a identificação na outra da sua condição de mulher; 4) a importância do grupo e da militância política em um movimento social; 5) a formação política associada às lutas concretas de reivindicação e de enfrentamento (p.176).

As diretrizes acima precisam ser aplicadas contra o machismo, também predominante, nas organizações de esquerda (p.200). As ações dos movimentos em defesa das mulheres acontecem tanto na cidade (marchas e manifestos) quanto no campo (invasão de empresas de celulose). Os recursos de MMM e AMB provêm das ONG's que as integram; os de MMC, da própria associação e de autofinanciamento. Um dos principais desafios do movimento feminista: ser mais social e menos institucional. A AMB não sofre interferência de partidos políticos (p.226-227) que, infiltrados, atrapalham a evolução de projetos. Quando ascendem ao poder, os partidos de esquerda ignoram ou sufocam os direitos das mulheres tendo, como exemplo, os temas do aborto e da previdência (p.227-228). A intervenção nos movimentos feministas tem a finalidade de abafar ações que confrontem os interesses partidários ou do governo. A influência do PT na MMM defende discurso genérico, abandonando o específico (aborto na pauta governamental).

Para combater o isolamento de temas específicos, a MMM forma parcerias, alcançando mais visibilidade em movimentos em geral do que em específicos. Segundo as mulheres engajadas, as principais conquistas do feminismo são: consciência feminista, mulheres na condição de sujeitos políticos e avanço em marcos legais (como a lei Maria da Penha).

Quais os desafios específicos? Instaurar caráter deliberativo nas conferências e o processo transparente de prestação de contas, promover a autonomia financeira, defender os direitos das mulheres, entre eles a “autodeterminação reprodutiva”, desvendar a invisibilidade do trabalho feminino, combater discriminação salarial e trabalho informal, fortalecer a auto-organização e criar sujeito político coletivo/ coletivo total (com heterogeneidade, unidade programática e identidade coletiva).

A emancipação feminina, conclui a autora, acontecerá ao se perceber que

(...) a mulher necessita de uma ruptura radical com a ideologia de naturalização dos sexos e toda a alienação a ela associada, a começar pela descoberta de si como sujeito, deixando de ser “o Outro”, de ser apropriada para se autogovernar, ou melhor, para apropriar-se de si. Com isso, *a descoberta da força individual das mulheres, torna-se, ao mesmo tempo, força política coletiva, posto que essa apropriação de si, mexe com estruturas sociais* como a família, as Igrejas, as Escolas, instituições jurídicas etc. Há, portanto, o estabelecimento de conflitos e

enfrentamentos à medida que a mulher sai da invisibilidade, entra na cena política e se constitui sujeito histórico ou, simplesmente, passa a existir politicamente, tendo voz no lugar do medo (p.256-257).